

10-2005

A Largueza do Reino de Deus e seus fundamentos em P. Joaquim Alves Correia

José Edgar Pintar Barbosa

Follow this and additional works at: <https://dsc.duq.edu/missao-espirtana>

Recommended Citation

Pintar Barbosa, J. E. (2005). A Largueza do Reino de Deus e seus fundamentos em P. Joaquim Alves Correia. *Missão Espiritana*, 8 (8). Retrieved from <https://dsc.duq.edu/missao-espirtana/vol8/iss8/7>

This Article is brought to you for free and open access by Duquesne Scholarship Collection. It has been accepted for inclusion in Missão Espiritana by an authorized editor of Duquesne Scholarship Collection.

a largeza do reino de Deus e seus fundamentos em Pe. Joaquim Alves Correia

O Reino de Deus e não o reino dos homens, o Reino da «Largueza» e não o reino «estrito» da pequenez humana!

Quantas vezes o anúncio do Reino de Deus se realizou e realiza, ainda hoje, sob formas estreitas: piétismo etéreo, mero humanismo, moralismo farisaico, nacional-catolicismo. Uma Nova Evangelização é o grande desafio da Igreja para o mundo hodierno: anunciar o Reino na fidelidade ao seu Rei e Senhor e ao homem do nosso tempo.

O Reino de Deus é a comunhão entre Deus e os homens: todos são convidados a participar no mistério de Cristo e do Seu Reino.

O homem é filho de Deus e é em Deus que encontra a verdadeira raiz da sua dignidade pessoal. Não existe antagonismo entre Deus e o homem, entre, os Seus direitos e os do homem. Eis as ambiguidades possíveis: ser da Igreja e não ser do Reino, ser do Reino e não ser da Igreja; ou, por outras palavras, estar no corpo e não estar no espírito, estar no espírito e não estar no corpo.

INTRODUÇÃO

Venha a nós o vosso Reino» - é a oração que o Senhor Jesus nos ensinou.

O Reino de Deus e não o reino dos homens, o Reino da «Largueza» e não o reino «estrito» da pequenez humana!

Quantas vezes o anúncio do Reino de Deus se realizou e realiza, ainda hoje, sob formas estreitas: piétismo etéreo, mero humanismo, moralismo farisaico, nacional-catolicismo ...

* Padre da Diocese de Vila Real. Este artigo é parte da sua tese de licenciatura.

A Igreja encontra-se num mundo secularizado, onde impera o egoísmo, a «erva daninha» do coração humano, que alastra e ramifica, na sociedade, em incontáveis situações que estão na origem da injustiça, do ódio e da violência: desigualdade de oportunidades, esquecimento e marginalização dos idosos, indiferença perante o sofrimento e a pobreza, xenofobia, chauvinismo, racismo, etc.

O rol de atentados contra a dignidade da pessoa humana vê-se perto e longe de nós e passa todos os dias, mesmo à nossa frente, através dos meios de comunicação social.

Uma Nova Evangelização é o grande desafio da Igreja para o mundo hodierno: anunciar o Reino na fidelidade ao seu Rei e Senhor e ao homem do nosso tempo.

O Reino de Deus é a comunhão entre Deus e os homens: todos são convidados a participar no mistério de Cristo e do Seu Reino.

Esta Boa Nova não é posta em causa por uma multidão de homens e mulheres que não fazem Igreja, forma evangélica, explícita e privilegiada do anúncio da vinda do Reino, e definida pelas suas formas históricas concretas.

Embora uma grande maioria da população mundial não pertença à igreja, o Espírito de Deus não tem fronteiras, "sopra onde quer" (Jo. 3,8) e tem caminhos misteriosos através dos quais convida a todos para o Banquete do Reino que é um Reino de amor, de justiça, de verdade e de paz.

Esta larga visão teológica do Reino de Deus está já bem patente no pensamento do Pe. Alves Correia. Ela emerge de entre outros, principalmente, de dois fundamentos: a Bondade de Deus e a dignidade da pessoa humana.

Nestas duas verdades, o máximo e englobante atributo de Deus e a inviolável dignidade da pessoa humana, que a Igreja tem de proclamar e gritar bem alto, encontram-se as respostas às profundas aspirações dos homens do nosso tempo e os considerandos indispensáveis para compreender a «Largueza» do Reino.

A realização deste trabalho tem subjacente o seu valor temático - o Reino de Deus é o anúncio fundamental do Evangelho, mas ainda a curiosidade de alguém que um dia ouvia falar no padre das «larguezas» um missionário, um exilado, cujos livros antes do 25 de Abril eram leitura espiritual mesmo para gente agnóstica.

O título é o mesmo da obra mais conhecida e divulgada do nosso autor, mas a reflexão resulta do estudo e análise dessa e de outras, principalmente *De Que Espírito Somos, Vida Mais Alta, Consciência Cristã e O Ideal Cristão*.

O primeiro capítulo, «O Homem, o Sacerdote e o Es-

“O Reino de Deus é a comunhão entre Deus e os homens.”

critor», terá o seguinte desenvolvimento:

O ponto 1, "Notícia Biográfica", advém do tratamento de uma série de informações recolhidas em documentação escrita e em diálogo informal com contemporâneos do Pe. Alves Correia.

O ponto 2, "Influência de seu irmão Pe Manuel Alves Correia", é uma referência indispensável a alguém que muito contribuiu para uma larga e vasta perspectiva de pensamento. Um fortuito achado documental assim o mostra.

O ponto 3, "As Celebrações ou Efemérides" após a sua morte, no contextô deste capítulo, talvez de um modo ex abrupto, faz menção desses acontecimentos que mostram a ressonância da sua vida na Igreja e no País.

O ponto 4, "Elenco Bibliográfico", é uma «breve visita» ou um «bater à porta» de todos os livros e artigos do Pe. Alves Correia a que tive acesso, com a finalidade de dar a conhecer a sua vastíssima obra. É um breve estudo, mas singular e único!

O segundo capítulo, "Os fundamentos da teologia do Reino de Deus", é «grosso modo» a citação ordenada de vários textos das diversas obras do autor e a minha reflexão pessoal.

O terceiro capítulo, "O Reino de Deus", é uma reflexão teológica acerca da qual se pode afirmar «non nova, sed nove».

O Pe. Alves Correia merecia melhor, mas faltou-me o tempo, o «engenho e a arte».

CAPÍTULO I

O HOMEM, O SACERDOTE E O ESCRITOR

1. NOTÍCIA BIOGRÁFICA

Joaquim Alves Correia, nasceu a 5 de Maio de 1886, na freguesia de Aguiar de Sousa, concelho de Paredes, distrito do Porto. "nasceu a 5 de Maio de 1886"

A sua vocação missionária e sacerdotal, revela-se num ambiente familiar verdadeiramente cristão e na sequência da opção vocacional do seu próprio irmão, Manuel Alves Correia, que, um pouco mais velho, frequentava o Seminário Franciscano de Montariol, na cidade de Braga.

Ao terminar a escola primária, em Aguiar de Sousa, vai para o Seminário do Espírito Santo da Formiga, em Ermesinde. Posteriormente frequenta em Carnide e em Sintra os estudos secundários e filosóficos. O Curso de Teológico realiza-se no Seminário Internacional dos Padres do Espírito Santo, em Chevilly - Paris, França. Ordenado sacerdote a 28 de Outubro de 1910, queria ir para Angola, mas o radicalismo republicano

de então não o permitiu. Foi para as missões da Nigéria, colónia britânica, exercêr a sua actividade missionária.

Regressa a Portugal, em 1919, para restabelecer a saúde tão debilitada pelo clima e pelas canseiras apostólicas. Terminada a fase persecutória e aprovado o decreto de Rodrigues Gaspar, que autorizava a reabertura das casas de formação sacerdotal e missionária, Pe. Moisés Alves de Pinho, C. S. Sp. incentivou-o a dar a conhecer, a promover e a animar o trabalho missionário. Nasce o escritor: funda e dirige durante vários anos a revista *Missões de Angola e Congo*.

Em 1922 assume as funções de Procurador das Missões, em Lisboa, onde permanecerá até 1945, exceptuando o triénio de 1932-35, durante o qual foi director e professor no Seminário das Missões em Viana do Castelo, em acumulação com a Procuradoria, com a direcção da revista e a prolífica actividade de escritor para as mais diversas revistas e jornais.

Na sua longa estadia em Lisboa relacionou-se com muitas figuras representativas da oposição ao regime salazarista.

“Os seus escritos incomodavam”

Os seus escritos incomodavam, porque na fidelidade ao Evangelho e no respeito pela dignidade da pessoa humana, denunciava profeticamente o erro, a mentira e a injustiça. A este propósito disse o Pe. Nogueira da Rocha na comemoração do 1º centenário do nascimento do Pe. Joaquim Alves Correia: “Foi esta ousadia profética e um certo aproveitamento mal-intencionado que alguns quiseram fazer da sua boa-fé, que ditaram o seu exílio para os Estados Unidos”.

““O mal e a caramunha” esteve na origem do seu exílio.”

A publicação de um artigo no jornal *República* a 23 de Outubro de 1945, titulado “O mal e a caramunha” esteve na origem do seu exílio. A motivação deste artigo não está isenta da influência de alguns dos amigos republicanos da Tertúlia do Café Chiado, de que era também um habitual conviva, mas, principalmente, da persuasão da viúva de Carlos Maia que o visitava muitas vezes.

A sua publicação não tem um contexto favorável: estava em preparação um acto eleitoral, eram abundantes as acusações mútuas entre o governo e a oposição, a oposição lutava pelo adiamento das eleições para um maior recenseamento de eleitores e um necessário esclarecimento que tornasse possível uma opção livre.

Além disso, esse escrito que fora enviado para o *Jornal do Comércio* (das Colónias), mas, porque foi recusado, o portador, Raúl Rego, foi apresentá-lo ao jornal da oposição, *República*. Nesse artigo, entre outras considerações pertinentes e audazes, questionava acerca dos motivos que levaram a arquivar o processo dos bárbaros assassinatos na «Noite San-

grenta» de 19 de Outubro de 1921, em que foram vítimas António Granjo, Carlos Maia e Machado Santos.

O Ministro da Justiça imediatamente mandou reabrir o processo e verificou que este tinha sido arquivado em 1924, antes de 28 de Maio. Um processo judicial contra o Pe. Alves Correia estava iminente, mas as diligências do Provincial evitaram essa situação.

Um sacerdote da Congregação do Espírito Santo, o Pe. Firmino Cardoso, que fora aluno do Pe. Alves Correia, interpreta assim a sua saída para os Estados Unidos:

“O Pe. Alves Correia ao constatar que a sua presença era um incómodo, decide ir para a América, o seu exílio. A sua bondade não admitia prejuízo algum, concretamente para a Congregação. Foi grande a satisfação e o alívio para o Governo de então”. A sua adesão ao Movimento Democrático «Eleições Livres» e o referido artigo criavam problemas a um regime ditatorial. A sua insofismável bondade veio satisfazer as exigências do então Ministro da Justiça segundo as quais, como refere José Geraldês Freire, “se o Pe. Alves Correia partisse para a América não seria processado”.

“A sua adesão ao Movimento Democrático «Eleições Livres» e o referido artigo criavam problemas a um regime ditatorial.”

Em 17 de Fevereiro de 1946 partiu subitamente para os E.U.A. com um visto temporário. Acompanharam-no ao aeroporto somente o Tenente Coronel Azevedo, amigo verdadeiro, o irmão Nuno da Costa, C.S. Sp., as órfãs do Orfanato de Santa Isabel, em Lisboa, de quem era Capelão e a regente D.^a Lúcia Maracoto. A presença das crianças, que ele muito amava, na sua simplicidade e gratuidade, parece uma denúncia dos interesses que se sobrepõem à amizade verdadeira, e da cobardia que não quer aceitar a cruz por valores mais altos.

A colónia portuguesa de San Diego, nos Estados Unidos, é, agora a sua terra de missão. Aí anuncia o evangelho e granjeia amigos. Descoberto o seu valor intelectual, passado pouco tempo, é nomeado professor de Sociologia na Universidade de Duquesne, em Pittsburg, no Massachussets. Terminado o prazo do visto, andou pelo México e pelo Haiti, até conseguir um retorno permanente à Universidade.

A docência não o impediu de continuar a escrever. A imprensa portuguesa dos Estados Unidos ou a imprensa de língua francesa e inglesa recebem a sua preciosa colaboração. Escreveu, durante aqueles quatro anos que esteve em Pittsburg, mais de 500 artigos. O último “*Political Christianity*” foi publicado, duas semanas antes da sua morte, no “*Catholic Worker*”. Os seus artigos publicados no *Diário de Notícias de New Bedford*, apesar da distância, incomodavam o Governo Português que fez diligências para que se calasse.

Acometido de grave doença, vem a falecer em 1 de

Junho de 1951, nos Estados Unidos. O Jornal da Congregação do Espírito Santo noticia assim a sua morte e enaltece a sua vida:

"Aqueles que o conheceram, aqueles que com ele conviveram, sobretudo os seus amigos, não poderão esquecer a sua vida e a sua morte. O nome do Pe. Correia é e permanece o de um exemplo de coragem e rectidão moral, de sinceridade e lealdade, de abnegação e desinteresse, de inteira dedicação a Cristo e ao seu Evangelho".

2. A INFLUÊNCIA DE SEU IRMÃO, PE. MANUEL ALVES CORREIA

A vocação e a vida do irmão, marcaram bastante a primeira vintena de anos do Pe. Alves Correia. Quis ir para o Seminário Franciscano de Montariol, porque o seu irmão Manuel, aí andava a estudar. Não foi, porque a mãe o impediu. Não queria ter dois filhos tão longe. Foi então para o Seminário do Espírito Santo, na Formiga, que ficava mais perto. No artigo "O terrível irmão que me desafiou a alma" do Boletim das Edições Metanoia - Janeiro de 1949 - "Boletim especial dedicado ao Pe. Manuel Alves Correia, falecido a 23 de Novembro de 1948" diz: "Foi a sua emoção que me revelou muitas lágrimas do Evangelho, que eu lera até aí como anódina prosa". Recorda o encontro, na casa paterna, dele a «sair dos cueiros do preparatório» e de seu irmão que regressava de Roma, após os estudos teológicos, e a quem declama um poema. Esta leitura tem uma apreciação: "O censor ouviu-me declamar aqueles ritmos e rimas. Paciência verdadeiramente heróica, misturada de compaixão sincera, mas incapaz de dissimular a irritação, que lhe punha os nervos em sangue, cada vez que a devoção do poeta degenerava demais em orgulho de sectário, em ódio aos homens, disfarçado em patriotismo estreito e feroz, O entusiasmo do declamador tinha ido amortecendo por si. No fim estava todo mudado em humilhações e vergonha e rematava num movimento de asco e de ... justiça, queimando o poema - que nunca mais despertou nem sequer sentimentais saudades".

Recorda ainda o acto pedagógico de seu irmão que, na sequência daquele episódio, foi à Biblioteca Pública do Porto requisitar: "*La vie de Monsieur Jesus*" de Renan a fim de ensinar que à «honestidade intelectual» ninguém pode chamar «ódio sectário».

O «discípulo» de S. Francisco, na fidelidade à espiritualidade franciscana aproveitou bem a ocasião para mostrar que a aceitação da Bondade de Deus requer o respeito pela cons-

ciência dos demais e o diálogo com todos.

No mesmo artigo, não esquece o contributo do irmão na sua vida espiritual: "A minha conversação ... devo-a a Deus - diz -, por certo, mas o instrumento de Deus foi a energia daquele irmão solícito, cujo amor fraternal não recuava diante da necessidade de um cautério".

Este artigo, embora escrito, certamente sob forte emoção, não podia ser ignorado, porque ajuda a situar o autor e a descobrir a motivação de algumas perspectivas da sua mensagem.

No capítulo: "Em Deus, Justiça é Amor" do livro *De que Espírito somos* há uma transcrição de um «escrito breve e luminoso» (pgs. 61-68) do Pe. Manuel Alves Correia que fora publicado no Boletim Mensal dos Franciscanos Portugueses. O mesmo escrito está inserto em *Cristianismo e a Mensagem Evangélica* (pgs. 73-79).

3. AS CELEBRAÇÕES E EFEMÉRIDES

O Solene Ofício

Os missionários do Espírito Santo, no mês de Junho, poucos dias após a morte do Pe. Alves Correia, celebraram na capela de Santo Amaro à Estrela-Lisboa, em sua memória um Solene Ofício que cuidadosamente anunciaram nos jornais. Os seus confrades, delegações de outras congregações religiosas e missionárias, sacerdotes diocesanos estiveram presentes. Os «amigos» do foro civil e político, os oportunistas, esqueceram-no. Compareceram somente duas pessoas: Correia Marques, director do jornal *A Voz e monárquico*, e o Dr. Raul Rego, seu antigo aluno e republicano. Não se poderão invocar razões de fé, porque aquele acto solene é normalmente considerado como um gesto de solidariedade humana e de gratidão.

Uma sessão solene e a colocação de um busto

D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto e seu amigo, prestou-lhe homenagem, na Aula Magna da Faculdade de Letras do Porto, numa sessão solene e inaugurou o seu busto, na Senhora do Salto, freguesia de Aguiar de Sousa, a 6 de Maio de 1978, no 92º aniversário do seu nascimento.

"D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto e seu amigo, prestou-lhe homenagem"

A condecoração com a Ordem da Liberdade

A condecoração como grande-Oficial da Ordem da Liberdade atribuída, a título póstumo, pelo Presidente da República, no Alvará de 24 de Abril de 1980, publicado no *Diário da República*, nº148, 2ª série, de 30 de Junho. De 1980

e expedida pela Chancelaria das Ordens Portuguesas a 3 de Julho de 1980, nº10, foi uma singular ocasião para os meios de comunicação social fazerem eco da mensagem desta figura ímpar que, vivendo e anunciando o Evangelho, defendeu generosamente e corajosamente a liberdade e os demais direitos do homem. Infelizmente nem todos os meios de comunicação social o fizeram nesta perspectiva e apresentaram Pe. Alves Correia com uma terminologia que mais define um «guerreiro de liberdade» que o discípulo de Jesus Cristo, o sacerdote extremamente bondoso.

1º Centenário do seu nascimento (1886 - 1986)

A 5 de Maio, pelas 18.30, na Igreja de Santa Isabel, em Lisboa, as comunidades da Congregação do Espírito Santo celebraram o 1º Centenário do seu nascimento para invocarem a personalidade, a sua vida e obra, que prestigia e enriquece pelo seu legado espiritual uma Congregação, uma Igreja, um País.

CAPÍTULO II

OS FUNDAMENTOS DA TEOLOGIA DO REINO DE DEUS

Toda a obra literária do Pe. Alves Correia está repassada das expressões e das ideias nucleares: a Bondade de Deus e a dignidade da pessoa humana.

1. A BONDADE INFINITA DE DEUS

A Bondade é o máximo e englobante atributo de Deus na Bíblia Sagrada. Encontra-se quase sempre unido a outros atributos: fidelidade (*emet*), misericórdia (*rahamim*), etc. O termo bíblico é *hesed*, que não tem uma tradução unívoca, pois exprime um conjunto de atitudes benéficas nas relações interpessoais. *Hesed* indica assim: bondade, misericórdia, providência. Os Setenta e a Vulgata traduzem este termo por *eleos* - misericórdia, lealdade.

A obra literária do Pe. Alves Correia, com raízes profundamente evangélicas, «mergulha» no seu mar imenso da Bondade de Deus, não só porque é o pressuposto primeiro e o baluarte seguro da sua mensagem, mas também pela repetida utilização do termo a que associa muitas vezes outros atributos, principalmente Misericórdia.

“A obra literária do Pe. Alves Correia «mergulha» no mar imenso da Bondade de Deus”

Os atributos mais utilizados e adjectivados, nem sempre do mesmo modo, são: Bondade, Bondade Infinita, Infinita Bondade, Amor, Absoluto Amor, Amor Omnipotente, Bem, Bem Infinito, Infinito Bem, Misericórdia, Divina Misericórdia, Misericórdia Divina, Verdade, Verdade Infinita, Suprema Verdade.

No Antigo Testamento o Hesed aplica-se a Deus no contexto da Aliança através da qual o povo passou a ser a «comunidade de Jave». Deus prometeu «observar a Aliança e o Hesed» (Dt.7, 9; 1 Rs. 8, 23). O povo confia no Hesed de Deus, na Sua Misericórdia e Providência que não desaparecem nunca, nem mesmo quando o povo é infiel, porque Deus é sempre fiel à Sua Aliança. Deus não se alegra com o castigo do pecador, mas com a sua conversão (Ez. 18, 23; cfr. Sl.103, 8-10. 13. 14).

No Novo Testamento a Misericórdia Divina é louvada no Magnificat (Lc. 1, 50. 54) e no Benedictus (Lc. 1, 72. 78). A ninguém é recusada, mas é concedida a todos, em especial aos mais débeis, aos mais fracos, aos pecadores (Mc. 5, 19). A sua grande finalidade é mesmo atrair os pecadores (Mt. 9, 13; 12, 7). Esta atitude no homem é louvada numa Bem-aventurança (Mt. 5, 7). A misericórdia do homem tem por modelo a Misericórdia de Deus e é pressuposto para a Sua Misericórdia.

A "largueza" de pensamento do Pe. Alves Correia e a sua vida, caracterizada por um profundo respeito e amor por pobres e ricos, católicos e não católicos, crentes ou não crentes, etc, têm subjacentes a Bondade e a Misericórdia de Deus. Muitas são as perícopas nas quais se faz referência explícita à bondade e Misericórdia de Deus. Eis uma breve amostra, em que para não ser demasiado extenso, se procura como constante o termo e o atributo Bondade:

"Tais são os nossos irmãos, tais são verdadeiramente «os nossos», ainda divididos em aparência, por muito preconceito, muito modo estranho de ver, perspectivas diversas tomadas por contraditórias realidades, de facto unidos todos na comunhão invisível, pela mesma aspiração do Triunfo do Amor, da Bondade, ou de Deus, que é o próprio Bem e o próprio Amor" (Largueza do Reino de Deus, pg. 96).

"Deus é tão sábio e tão bom, que até «com linhas tortas escreve direito»" (De que Espírito somos, pg. 56).

"... o Pai Celeste, cujo amor e bondade nós, filhos, devemos seguir, manda seu sol e sua chuva aos campos dos justos e dos pecadores" (De que Espírito somos, pg. 177).

"Importa-nos, acima de tudo, harmonizar com as vistas de Deus, e com a Bondade Divina (a única só e substancialmente boa: «Nemo bonus, nisi solus Deus...») a sensibilidade moral da vossa alma tacteante" (De que Espírito somos, pg.

"A "largueza" de pensamento do Pe. Alves Correia e a sua vida têm subjacentes a Bondade e a Misericórdia de Deus."

202).

"Apesar do humilhante peso do pecado, é necessário que os filhos de Deus e portadores do seu Espírito sejam, na terra, um reflexo da Infinita Bondade" (Vida mais alta, pg. 83).

"O Céu que nós, os filhos de Deus, os irmãos dos homens, sonhamos triunfalmente, é só este: - Deus, o Bem sem mescla; os nossos irmãos unidos a um Deus-Pai, as almas fieis ao Ideal e à Bondade ..." (Vida mais alta, pg. 170).

"O Deus que o Cristianismo revelou é Amor. O Poder em acção (o Acto Puro da linguagem escolástica) é Bondade. A revelação que só o filho podia fazer («Ninguém conhece o Pai, senão o Filho...»), foi porém ainda empanada e desfigurada, em muitos olhos de cristãos, pela obsessão da real majestade discricionária e terrível" (Prefácio do Pe. Joaquim Alves Correia, in Machado, Augusto Reis, A Realidade de Deus, Ed. S. E. T., 2ª, Lisboa 1949, pg. 15).

1.1. - A Bondade e a concepção Franciscana da vida

S. Francisco de Assis, o grande Santo da Bondade na Idade Média, procurou de todo o coração entregar-se a Deus, que concebida como Bem Supremo, Pai Amoroso e Providente e Senhor Magnânimo. A sua entrega a Deus era realizada através da conversão interior contínua e pela adesão amorosa a Cristo crucificado, na aceitação integral do seu evangelho como regra prática da vida, sem subtis distinções, ad litteram, sine glossa, como o dá a entender o Espírito Santo sob a orientação da Igreja.

O amor a Jesus Cristo e a sua contemplação dos mistérios que mais revelam o Amor de Deus aos homens (Natal, Eucaristia e Cruz) levam S. Francisco à compreensão e à vivência de três virtudes fundamentais que constituem a essência da sua resposta amorosa ao crucificado: a pobreza, a humildade e a caridade fraterna. Estas atitudes existenciais que, por um lado, são libertadoras da escravidão dos bens terrenos, da soberba e do egoísmo; por outro lado, são crucificantes, pois supõem dor na renúncia, e assimilativas a Cristo Jesus. Deste modo se compreende a estigmatização que tem um valor de símbolo profético, revelador do mistério da sua vida.

Estas três virtudes cristiformes encontram-se na raiz da concepção franciscana da vida: a pobreza e a humildade revelam Deus como Ser Supremo, Transcendente, Altíssimo, que ama as Suas criaturas, principalmente as mais pobres, e apresentam-nO como Pai de Bondade infinita.

O exemplo de S. Francisco e a espiritualidade franciscana, cujo fundamento é a Bondade Infinita de Deus, moti-

varam o aparecimento em 1927 de um livro "Em louvor de S. Francisco" - A Literatura Portuguesa (1926-1927), Ed. Boletim Mensal, Braga, 1927, colectânea de textos dos mais diversos escritores da altura, que, para isso, foram convidados pelo Pe. Alves Correia. Nesse empreendimento teve a colaboração de seu irmão Pe. Manuel Alves Correia e do Pe. Joaquim Capela, ambos franciscanos, que com ele assinam a nota editorial na página 271. Os textos e os seus autores, que se podem situar em franjas tão diferentes do pensamento português, mostram à sociedade como a Bondade de que S. Francisco foi sinal visível a todos cativa e congrega. Se assim não fosse seria paradoxal e estranho que para o mesmo empreendimento escrevessem, entre outras, as seguintes pessoas: António José de Almeida, Augusto Gil, Leonardo Coimbra, António Sérgio, Teixeira de Pascoais, João de Barros, Júlio Dantas, Raul Brandão, Aquilino Ribeiro, Afonso Lopes Vieira e Sousa Martins (Fra Angelico) e Dr. Manuel Gonçalves Cerejeira.

A obra literária do Pe. Alves Correia tem múltiplas referências a S. Francisco das quais não se podem deixar de sublinhar, no livro A Largueza do Reino de Deus, o ponto II "Democracia Transcendente e S. Francisco de Assis" do capítulo "Os exemplares da Vida", pgs. 237-248, e no livro De que Espírito somos, o capítulo "A Visão Cristã da Vida", pgs. 139-148, no qual transcreve o texto apresentado por Leonardo Coimbra para o livro Em louvor de S. Francisco, pgs. 25-38.

"A obra literária do Pe. Alves Correia tem múltiplas referências a S. Francisco"

Não tem um cariz político, no sentido estrito do termo, a abordagem do tema "Democracia Transcendente e S. Francisco de Assis", porém sob o influxo do Bondoso Poverello apresenta a liberdade de espírito, a fraternidade, a igualdade, como valores democráticos:

"Transcendente... Não vem aqui o adjectivo para efeitos de grandiloquência. Exortando com ele a **Democracia**, pretendo significar que a de S. Francisco consiste na liberdade do espírito, na fraternidade e na igualdade vistas do alto, do coração do Pai, isto é, de Deus: não é questão de formas nem de fórmulas, que às vezes são ficções e podem ser superstições.

A atracção invencível que a alma de S. Francisco exerce sobre as almas livres dos modernos tempos, sobre aquelas mesmas que foram educadas em confissões diversas da católica, e até das que vivem em atmosfera espiritual de confissão nenhuma, é atribuível em grande parte ao ideal democrático, que penetrou de há muito o espírito dos homens e que não parece muito perto de se deixar secar pelas bufadas reacionárias do racismo nitzchiano" (pág. 237).

Outras referências a S. Francisco podem também verse em: Largueza do Reino de Deus, pgs. 75, 181, 190, 200; em De

que Espírito Somos, pg. 205; em O Cristianismo e a Mensagem Evangélica, pág. 62, 109. Além disto há ainda referências indirectas: - o ponto III do supramencionado capítulo "Os exemplos da Vida" titulado "Um santo formidável, português e franciscano"; a apresentação ou citação, concretamente no livro De que Espírito Somos, dos teólogos franciscanos Duns Scoto, pgs. 54-55, 56, 60, 114 e S. Boaventura, pgs. 18, 36.

Esta menção ao franciscanismo do autor não advém de um estudo exausto, mas de uma breve análise dos livros acima referidos que aponta para uma influência.

Uma leitura atenta da obra do Pe. Alves Correia torna possível ver uma grande similitude ou identidade com a concepção de vida franciscana nos seguintes aspectos:

- Os homens são todos irmãos, filhos de Deus, por quem morreu Cristo Jesus;

- Todo o homem deve ser contemplado com humildade, amor; respeitado na sua liberdade, da qual procede o verdadeiro amor, e na sua personalidade; exigindo-se assim respeito para com aquele que pode pensar de um modo diferente e mesmo para aquele que erra;

- O binómio autoridade - obediência é concebido como um serviço humilde realizado no amor pelos que detêm o poder («os ministros sejam servos de todos os frades, Regra II, e. 10) e como sacrifício da própria vontade feita a Deus Pai, por amor a Cristo Jesus, pelo que obedece .

- O respeito pela individualidade e dignidade da pessoa humana é contrário a todo o autoritarismo que sufoca a iniciativa individual.

2. A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

"A Igreja não impõe a ninguém a verdade, como não a impunha Jesus."

A Igreja não impõe a ninguém a verdade, como não a impunha Jesus. Ela tem o dever de a proclamar, defender e servir, ainda que esta situação lhe traga incompreensão e sofrimento. A Jesus Cristo ficou-lhe bem cara a defesa da verdade: morreu na cruz como um malfeitor.

A Igreja será também mal interpretada e mesmo caluniada ao realizar a mesma tarefa: "o discípulo não é maior que o mestre" (Mt. 10,24).

Quando a Igreja defende com coragem os valores fundamentais da vida humana ou reclama o respeito pela dignidade da pessoa, porque está a defender algo sagrado, há-de estar disposta a ser caluniada e perseguida. "A verdade vos tornará livres"(Jo. 8,32) é a Palavra de Deus.

Se a história nos demonstra à saciedade o supramencionado, a vida do Pe. Alves Correia é um insigne testemunho.

Proclamar e defender apaixonadamente a verdade foi a sua grande tarefa. A sua obra literária está impregnada de «veneração» pela dignidade da pessoa humana:

“A dignidade da pessoa humana é tão alta que, diante dele, desaparecem, como fúteis, todas as dignidades que os homens inventaram. Diante de Deus - isto é, diante da Verdade, da Realidade Suprema, diz o mais claro interprete de Jesus, S. Paulo - «não há escravo e livre, não há grego e bárbaro, não há judeu e gentio, não há varão e mulher»; o que há é filhos de Deus, com direitos que, se forem lesados, se sentirá lesado o próprio Deus, tão justo, tão imparcial, tão largo, que não faz diferença entre o Seu Direito e o direito do mais pequenino dos seus” .

“A sua obra literária está impregnada de «veneração» pela dignidade da pessoa humana”

Todos os homens devem ser respeitados pelos demais, porque a sua dignidade lhes vem de Deus e não pode ser arrebataada ou ignorada por quem quer que seja. Uma ofensa contra um semelhante é uma ofensa contra Deus. O desprezo por qualquer pessoa é verdadeiro desprezo por Deus.

“Para se entender o apreço, como de coisa sagrada, com que o Cristianismo exalta a consciência humana, devemos atentar na dignidade atribuída por Cristo à pessoa, não à categoria dos homens... Em S. Mateus, em todo o capítulo 25, relatando o processo do Julgamento Universal, violar os direitos de quaisquer **filhos de Deus** é tão criminoso como violar os direitos do Filho Unigénito de Deus” .

Em suma, o homem é filho de Deus e é em Deus que encontra a verdadeira raiz da sua dignidade pessoal. “No Reino de Deus, não há pequeno nem grande, não há diferença de direitos entre mulher e varão. Filhos de Deus, e mais nada” .

2.1. - Os direitos do homem

A cultura actual exalta o homem de tal maneira que o converte em princípio de todas as coisas, independente de Deus, que limitaria pela Sua onnipotência a liberdade humana. A este humanismo moderno radical e materialista, contrapõe-se o humanismo cristão do Pe. Alves Correia:

“O humanismo renasceu, com efeito, porque tinha sido proclamado no mundo da forma mais solene e mais energética, quando o mundo foi pacificamente revolucionado pela palavra de Jesus; e nunca deixou de ser o sentimento ortodoxo da consciência cristã, por mais que lhe abafasse o eco a tempestade ensurdecidora das paixões humanas, o egoísmo insolente e clamoroso dos homens, e a própria ganga de filosofia vaidosa que o envolvia.

Os Direitos do Homem, promulgou-os o Evangelho, que

é uma pregação, de fio a pavio, da filiação divina do Homem! Pai é Deus - ainda dos pecadores, ainda dos pródigos - e por isso os direitos das consciências, das almas, dos indivíduos, são invioláveis, são autenticamente sagrados” .

“Não existe antagonismo entre Deus e o homem, entre os Seus direitos e os do homem.”

Não existe antagonismo entre Deus e o homem, entre os Seus direitos e os do homem. O Cristianismo busca o amadurecimento e a perfeição da pessoa humana para que se cumpram os planos de Deus. É muito mais que um mero humanismo. Mas, sem dúvida, perfeitamente humano, porque defende, a grandeza e a dignidade da pessoa que é como a expressão da sua liberdade responsável. Jesus Cristo que prega o amor, a justiça e a paz, não suporta que as pessoas sejam oprimidas, instrumentalizadas ou desprezadas. A sua própria morte é um não à injustiça:

“A Cruz que Cristo tomou aos ombros é, com efeito, a solidariedade perfeita com os seus irmãos homens. Ele morreu por teimar até ao fim, contra as injunções de todos os tiranos - sacerdotes e leigos opressores - em que o Pai queria todos os homens irmãos: irmãos com direitos tão sagrados uns com os outros: irmãos com direitos iguais aos do Filho Unigénito de Deus!...” .

Dentro desta vertente humanista, precisamente como consequência da **paternidade de Deus**, pode afirmar-se categórica e solenemente: a fé em Deus não diminui o valor do homem, mas é garantia da sua dignidade e dos seus direitos.

a) O direito à liberdade

A liberdade não é sinónimo de “fazer cada um o que lhe apetece”, como é vulgar ouvir-se. É livre todo aquele que age em conformidade com a sua razão, em consonância com as necessidades da sociedade em que vive e tendo em conta as exigências da sua própria dignidade pessoal. É livre todo aquele que ama verdadeiramente e que está disposto a dar a vida pelos outros. Expressa assim o seu pensamento, o Pe Alves Correia: “A amizade que afasta da cruz redentora e de falsos amigos. A que Jesus quer de nós é a que nos mergulha na solidariedade fraternal, a que nos convencerá a morrer também pela liberdade” .

Todos temos o direito sagrado de defender a nossa liberdade e o dever sagrado de respeitar a liberdade dos demais. Direito e dever tão sagrados que, se implicam mutuamente e ninguém pode, em nome do direito da sua própria liberdade, oprimir a liberdade dos outros:

“O respeito pela pessoa humana, pela liberdade do indivíduo e da consciência, enquanto esta liberdade não se torne

agressiva e não conflita com outra liberdade e outras consciências - enquanto não for a liberdade da violência - é um respeito tão sagrado como o respeito por Deus, Pai de todos os homens”

Coerente e fiel ao seu pensamento, o Pe. Alves Correia, em artigo publicado no Diário de Notícias de New Bedford e posteriormente na Voz Portucalense a 25 de Janeiro de 1975, refere a democracia como regime da liberdade:

“Quando exaltamos a democracia como a mais humana, perfeita e cristã das formas de organizar a vida social, ninguém nos tome por tão tolos que não vejamos defeitos nas várias democracias. Errar também é humano. De mais a mais sabemos que a democracia é um esforço da liberdade, na igualdade para a fraternidade”.

Apesar dos defeitos das Democracias é a Democracia o regime das liberdades ou da liberdade que é um bem irrenunciável, sempre que essas liberdades sejam um bem comum, favoreçam e defendam a igualdade de oportunidades e sirvam para a plena realização do homem e da sociedade.

“sabemos que a democracia é um esforço da liberdade, na igualdade para a fraternidade”

b) O direito a uma vida digna

Perante o problema da pobreza que impede uma vida digna, é necessária uma resposta evangélica que há-de ter implicações morais e nos levará a ser não só nós, mas também os nossos bens, «pão partido», para um mundo novo.

Uma multidão incontável de irmãos de perto e de longe estão à espera das nossas mãos abertas para poderem sentir e proclamar que ‘Deus é o Senhor, o único verdadeiro e indesapossável dos bens da Terra como de todos os bens’.

Já no seu tempo, o Pe. Alves Correia, atento à realidade social e política e às desigualdades sociais, denunciava e dizia a modos de profeta: “Não sabemos se seremos nós as testemunhas da queda, estrondosa e dolorosa, da civilização admirável que o capitalismo construiu. Mas, como vemos as vítimas cada vez mais desgraçadas e cada vez mais numerosas desta civilização, não precisamos de ser profetas para sentirmos a opressão da tempestade que vem”.

As palavras ontem proferidas estão a realizar-se hoje e a «procela» de pobres vai crescendo. Sem o concurso de todos, pobres e ricos, países subdesenvolvidos e países desenvolvidos, será impossível sair do círculo infernal da pobreza de massas.

O direito a uma vida digna não pode criar em nós um dever meramente a um ou outro irmão, para certo consolo espiritual e para justificar maior ou menor esbanjamento, que é crime. Não há justiça quando se gastam em coisas supérfluas

“Ter fé em Jesus Cristo é viver e apresentar uma mensagem de um modo existencial”

o que poderia remediar a fome de tantos irmãos. Não há justiça quando se deixa de fazer face às necessidades mais elementares dos outros para entrar numa onda de consumismo que obcessiona com o desejo de ter e possuir sempre mais, esquecendo que os bens materiais devem servir para todos os homens e não só para este ou para aquele .

Ter fé em Jesus Cristo não é ter capacidade de dizer ou fazer um discurso sobre um tema ou diversos temas mais ou menos atraentes, mas é viver e apresentar uma mensagem de um modo existencial que, encarnando no quotidiano da vida, consegue uma explosão da existência na qual o escândalo da pobreza se apresenta imediatamente aos nossos olhos. Se assim não for, não haverá autenticidade e um verdadeiro testemunho da vida cristã:

“Cristãos para a teoria, contentam-se, na prática, por serem tão exploradores do trabalho proletário como os outros potentados do capital ...”

A Igreja não pode comprometer-se numa acção política concreta, porém tem o seu múnus: julgar acerca da equidade e da justiça. A denúncia profética é missão da Igreja. O silêncio da Igreja, por medo ou oportunismo ou vaidade no convívio com os poderosos, não revela a «pedra angular», Cristo Jesus, Filho de Deus, mostra sim o seu paupérrimo apoio que é a «cana fendida» do poder humano.

A Igreja há-de ser luz: anunciar e denunciar a pobres e ricos é a sua missão. Esta missão é um imperativo, um dever:

“O que tem é o dever de dizer ao rico, ao poderoso, que se não escravize à riqueza, que não esqueça a Família Divina a que pertence, que administre os seus bens da terra como quem tem irmãos com os mesmos direitos à vida e à alegria. O que tem é de dizer ao pobre que ele também é homem, e livre, e filho de Deus, que nunca venda a sua alma e a sua liberdade, por ânsia de gozo e de pão; que é irmão dos outros homens, e não pode, sem se envilecer, ceder os seus direitos de filho de Deus pelo prato de lentilhas, de um pouco de pão e de circo”.

As Encíclicas *Rerum Novarum* de Leão XIII e *Quadragesimo Anno* de Pio XI foram, neste âmbito, motivo de inspiração e de reflexão para o Pe. Alves Correia. É benfazejo ver o modo como, ao falar da solicitude da Igreja e da sua atenção «à exploração do trabalho do pobre», aborda aspectos importantes para uma vida digna como o lazer e as “possíveis disponibilidades para a invalidez e velhice” .

c) O direito à participação na «*res publica*»

Um problema tão grande como a pobreza não pode ser

solucionado meramente por iniciativas individuais. É necessário um compromisso público, social e político. O compromisso dos cristãos poderá ter uma força extraordinária para obrigar os responsáveis a solucionar os problemas.

O direito à participação não pode ser ignorado pelos cristãos que sonham um dever e desobedecem ao próprio Deus quando se colocam à margem da vida política e social. A este respeito diz o Pe. Alves Correia:

"É como cidadão e em nome dos seus interesses temporais que o homem cristão cuida da política com a eficiência que lhe dá a virtude, fá-lo sempre pronto a protestar, cada vez que é atropelado o direito... Vencido ou triunfante o seu ponto de vista político, colabora com os seus concidadãos, suporta os encargos da vida em sociedade, obedece às leis e aos representantes delas, na plena consciência de que obedece ao dever ou a Deus".

A supramencionada citação tem subjacente o pensamento de tantos que angustiados julgavam que a sua participação no Reino de Deus era estranha à realidade terrena em que viviam inseridos. Cristãos na Igreja e seculares (profanos) na realidade da sua vida económica, social e política, julgavam estar sujeitos a uma dualidade de consciência que divide e atormenta. Não! A afirmação do compromisso político e social do homem é a afirmação da obediência a Deus que imperativamente manda construir o mundo (cf. Gn. 1,28).

2.2. - A consciência humana e a tolerância

A Igreja, acredita plenamente na Verdade que anuncia, mas não a impõe a ninguém. Em tempos idos julgava-se, e muitos de boa fé, que se podia impor a verdade inclusivé à força. Confrontado com esta situação, o Pe. Alves Correia dizia:

"Jesus não é destes mestres, que impõe obediência cega; não quer sequazes de consciência estuprada, dominados escravos: quer vontades decididas e amorosas, discípulos de olhos abertos, cândidos e sinceros...

Por esta sinceridade e liberdade das almas, pela sua redenção, para que sejam sempre livres, - para que não as tolha o medo dos que podem matar o corpo mas a elas não! - dizia o Bom Pastor - que estava pronto a dar a vida. E deu! Pela dignidade da consciência humana não recusou morrer como um rebelde, um sedutor das turbas! .

A consciência humana reconhecida como regra imediata da moralidade exige respeito pelas próprias convicções. O homem é obrigado, mesmo livre e porque livre, a tender para aquilo que lhe aparece com aparência de bem, embora se en-

"É como cidadão que o homem cristão cuida da política com a eficiência que lhe dá a virtude."

"Pela dignidade da consciência humana não recusou morrer como um rebelde"

gane na apreciação deste: em vez da verdade o erro.

Talvez haja quem julgue inaceitável esta posição em relação aos irmãos que erram, mas é esta a mensagem de Jesus e da Sua Igreja que sempre afirmou que a consciência obriga mesmo quando se engana e erra, embora tenha havido ao longo da história um ou outro momento sombrio e triste em que se caiu na intolerância.

O Pe. Alves Correia, de um modo sábio, procura dissipar dúvidas e responder a objeções:

"O erro não tem direitos, vir-nos-á objectar alguém, tornando a intolerância como tese...

Pois não tem. E não os tem por uma razão bastante peremptória: o Erro ... não é ninguém. Erro é apenas a ausência, a carência de verdade. Mas, se não tem direitos o erro, têm-nos as pessoas que estão em erro. O único ataque justo que lhe podemos dirigir, é convencê-las. Se não chegarmos a tanto, se invencivelmente permanecem na sua opinião errática, ficam até com tantos direitos como nós, que temos a certeza da verdade; porque têm até o dever de seguir a sua consciência errónea invencível, como nós temos o dever de seguir a nossa consciência certa. Não há teólogo moralista que o não ensine (...). Tenhamos então paciência no zelo do Reino de Deus" .

À intolerância, em qualquer das dimensões da vida humana, é profundamente negativa. No que concerne à religião, embora pareça um paradoxo, ela não é uma manifestação de zelo, mas um nível revelador das próprias carências numa vida de fé. A tolerância é "o exercício de um dever rudimentar e estrito: o de respeitar uma consciência humana; o de prezar uma pessoa, que julgamos enganada, mas de que não conseguimos dissipar o engano ou o erro (...) Se só devêssemos ser bons e amáveis para quem tem ideias como as nossas, (ainda quando as tivéssemos concebido por virtude da palavra de Deus) não vejo como fossemos muito diferentes daqueles que amam os que lhe inspiram simpatia; os antipáticos, os repulsivos, não!" .

A intolerância e a violência são recursos dos fracos, dos curtos de vista, dos egoístas que querem dissimular as suas carências. Os discípulos de Cristo que assim se comportem dão um contra testemunho que é verdadeiro escândalo .

A tolerância não é infidelidade às próprias convicções, mas, porque se sabe que ninguém detém a verdade absolutamente e ninguém vive plenamente o Evangelho, é um profundo respeito pelo "dever dos outros de serem sinceros e de obedecerem à consciência" - refere o Pe. Alves Correia. Deste modo, se cada pessoa na sua adesão à verdade se deve guiar pela consciência, esta é a "condição sine qua non de salvação".

"se não tem direitos o erro, têm-nos as pessoas que estão em erro."

"A tolerância é um profundo respeito pelo "dever dos outros de serem sinceros e de obedecerem à consciência."

3. CONCLUSÃO

A dignidade da pessoa humana e os direitos do homem encontram o seu fundamento, sólido, radical e universal na paternidade de Deus e na nossa condição de filhos do mesmo Deus.

Quem acredita verdadeiramente em Deus Pai e Senhor ama os homens seus irmãos, apesar das diferenças ou mesmo do erro, expressão da nossa finitude e respeita-os nos seus «sagrados» direitos.

A tolerância é a nossa nobilíssima atitude perante toda e qualquer pessoa que permite a fidelidade às próprias convicções e possibilita a conquista de formas superiores de convivência humana.

“Quem acredita verdadeiramente em Deus ama os homens e respeita-os nos seus «sagrados» direitos.”

Capítulo III

A LARGUEZA DO REINO DE DEUS

1. AS QUATRO EDIÇÕES

Este livro *Largueza do Reino de Deus* é, na quase totalidade, a reedição de uma série de artigos do Pe. Alves Correia. O seu aparecimento deve-se à satisfação de um pedido de gente amiga. Eis o que me foi dado saber:

Um dia, D^a Berta Maia e D^a Maria Teresa Almeida d'Eça apresentaram-se, na Rua de Santo Amaro à Estrela, na Casa Provincial da Congregação do Espírito Santo, para lhe proporem a impressão conjunta dos artigos que já tinham sido publicados no “Reinado Social do Coração de Jesus”, uma publicação da paróquia dos Anjos de Lisboa, na revista *Estudos da C. A. D. C.* e na revista missionária *Missões de Angola e Congo*.

Na introdução ao livro, o Pe. Alves Correia faz mesmo referência ao desejo ou pedido de seus amigos:

“Um grupo de amigos, cheios de ardor intelectual de renovoamento, acesos num fervor de apostolado de amor sem cálculos interesseiros, acharam que estas páginas tinham feito bem a almas generosas (...), quiseram aqueles amigos ver publicados num todo homogéneo os pontos de vista espalhados despreocupadamente por laudas de periódicos”.

Este livro, singular na sua perspectiva de reflexão teológica, foi e é o mais conhecido, o mais lido. Teve quatro edições.

2. A LARGUEZA DO REINO DE DEUS NOS EVANGELHOS

A "Largueza do Reino de Deus" não é uma nova mensagem do Pe. Alves Correia, mas é a mensagem sempre nova do Evangelho apresentada de um modo novo. Quão largo é o Reino que Jesus anuncia!

2.1. A Largueza do Reino dentro do Povo de Israel

A pregação de Jesus não se dirige a um grupo de eleitos, de privilegiados, cumpridores da Lei, mas a todo o Povo de Israel. A Sua missão é a de procurar as ovelhas perdidas do rebanho de Israel que caminham sem pastor (Mt. 6,34), procurar os pecadores (Mt. 9,13) de tal modo "que haverá mais alegria no Céu por um só pecador que se converta do que por noventa e nove justos que não precisam de conversão (Lc. 15,7)".

A Sua tolerância ajuda-O a suportar a infidelidade no grupo reduzido de amigos (Mc. 14,27-30).

Na Sua pregação não faz acepção de pessoas, a todos convida.

2.2. A Largueza do Reino de Deus para além do povo de Israel

Na consciência do Povo Judeu tinha-se sedimentado um orgulhoso sentimento de raça que levava a exagerar os privilégios de sangue, como se o Reino de Deus se transmitisse automaticamente pelo sangue de Abraão. João Baptista, o Precursor, tinha reagido na sua pregação, com palavras duras, contra esta concepção que se afastava da mais autêntica linha profética: "Não vos iludais a vós mesmos, dizendo: Temos por pai Abraão! Porque vos digo que Deus pode suscitar, destas pedras, filhos de Abraão"(Mt. 3,9).

Jesus vai mais longe. Não é o sangue, mas a fé que faz filhos de Abraão. Jesus não fala de uma possibilidade, mas anuncia categoricamente um facto futuro: "Digo-vos que do Oriente e do Ocidente muitos virão sentar-se à mesa com Abraão, Isaac e Jacob no Reino dos Céus, ao passo que os filhos do Reino serão lançados nas trevas exteriores"(Mt. 8,11-12). Os filhos do Reino, a quem se refere Jesus nesta passagem do Evangelho Segundo São Mateus, são os Judeus, aqueles a quem primeiro se prometeu o Reino. O Povo, que tantas vezes tinha sido chamado na história bíblica de «primogénito» (Ex. 4,22; Ecli. 36,14) não tem a fé do centurião, e, por isso, será lançado fora do Reino. A multidão dos povos pagãos tomará parte no

festim escatológico, no Reino de Deus.

A parábola dos operários da vinha (Mt. 20,1-16), a maldição da figueira estéril (Mt.21,18-21), as censuras formuladas pelos habitantes de Ninive e pela rainha de Sabá contra a presente geração (Lc. 11,31-32) e, principalmente, a solene pintura do Juízo Universal, em que não há privilégios de qualquer espécie para a entrada do Reino, mas somente a vivência da caridade, o amor ao próximo (Mt. 25,31-46), revelam que a grande mensagem de Jesus sobre o Reino de Deus é de uma largueza sem limites, por outras palavras, é essencialmente universal.

3. A LARGUEZA DO REINO DE DEUS EM ALVES CORREIA

O nosso autor foi um eminente missionário da Congregação do Espírito Santo. Ser missionário é servir o anúncio do Evangelho, plantar a Igreja de Cristo em novos espaços culturais e tudo orientar para o serviço do Reino de Deus.

Esta actividade missionária, bem fundamentada nos largos horizontes do Reino de Deus, motivou a redacção dos artigos, mais tarde, apresentados em livro.

O Reino de Deus é a própria soberania amorosa que transcende a Igreja no tempo e no espaço. É primordialmente um conceito universal e escatológico, ainda que também social e mesológico.

O Pe. Alves Correia refere claramente esta universalidade:

“Confortante e luminosa perspectiva, esta, que nos mostra tão vasto Reino de Cristo, que dilata os horizontes da Igreja tão para além da limitação visível das organizações humanas” .

Nesta perspectiva, a Igreja não é o único espaço no qual o Reino de Deus se manifesta. “Nós bem sabemos - diz o nosso autor - que: para haver salvação é preciso ser da Igreja; mas também sabemos, também sabem todos os teólogos, que há muitos que são da Igreja sem o parecerem, da mesma forma que muitos outros o parecem ser e não o são” .

Eis as ambiguidades possíveis: ser da Igreja e não ser do Reino, ser do Reino e não ser da Igreja; ou, por outras palavras, estar no corpo e não estar no espírito, estar no espírito e não estar no corpo. É imprescindível a superação destas ambiguidades provenientes de uma filosofia escolástica que apresenta o homem como uma dualidade: corpo e alma. Se dentro desta visão já é difícil explicar a unidade da pessoa humana, muito mais difícil é revelar o mistério da Igreja.

“Ser missionário é servir o anúncio do Evangelho.”

“há muitos que são da Igreja sem o parecerem, da mesma forma que muitos outros o parecem ser e não o são.”

O dualismo Igreja-alma e Igreja-corpo é uma distinção inadequada:

"É claro que o Senhor quer na Igreja vida verdadeira e vida visível; quer alma e corpo. A unidade visível, a união católica de todos os filhos do Reino, de todos os fiéis, de todas as boas vontades, é uma exigência do coração de Cristo".

A Igreja, sendo embora o lugar histórico e privilegiado da manifestação do Reino, não é necessariamente o único. Como a atracção universal de Cristo, como as multiformes inspirações do Espírito, a presença do Reino ultrapassa as fronteiras da Igreja:

"Para nós, os que temos a ventura de estar já no redil visível de Cristo e no seu Reino visível não é senão um conforto a mais o ver como até em ramos exteriormente cortados circula a seiva que dá os frutos do Evangelho. O Espírito Santo trabalha intensamente muitas almas, que os preconceitos de raça e os da História levaram para o cisma, mas em que há amor de Cristo, e por isso haverá, cedo ou tarde, amor perfeito de irmãos, cimento de união, abraço espiritual, que estreitará numa Igreja única, diante dos homens, todos os filhos de Deus. É o Reino, que nós pedimos. *Adveniat*".

A largueza do Reino de Deus não abrange só os irmãos cristãos separados, mas estende-se a todos os homens de boa vontade. Esta é a mensagem evangélica de Jesus que o Pe. Alves Correia de um modo simples e singular nos apresenta:

"Os nossos, no Reino de Deus e do Seu Cristo, pela divina graça, são todos os sinceros, bons e leais, ainda que andem perdidos e desvairados sem culpa nem obstinação nas brumas de confusas ideologias, ainda que, desconfiados da Igreja oficial e do seu clero, ainda que seduzidos pelas miragens da heresia e da revolta. Adversários de verdade, só o são para Cristo os egoístas, os sensuais por princípio, cínicos ou hipócritas, e todos os que conscientemente se combinam com a mentira: pertençam a que seita pertencerem, sejam até, se quiserem católicos de rotina ou de partido".

À largueza deste Reino, que tem uma dimensão escatológica, não é indiferente, mas é imprescindível a sua projecção social na comunidade dos homens e dos crentes e uma radicação pessoal no indivíduo, por meio da fé, da graça, e da vida do Espírito que habita em nossos corações e impele a nossa actividade cristã ou vida moral:

"Não é nosso, senão por vínculo externo, por arregimentação arbitrária ou de acaso, aquele que, por ser mau, está sempre pronto a julgar mal, aquele que à priori se nega a admitir boa fé nos de fora, que lhes chama hipócritas, se os vê, idealistas e abnegados, darem o corpo às balas pelos deserda-

"O Espírito Santo trabalha intensamente muitas almas."

"A largueza do Reino de Deus estende-se a todos os homens de boa vontade."

dos e pelos humildes, sacrificarem dinheiro e sossego a uma ideia por que Jesus também se bateu” .

Encontra-se, deste modo, no pensamento do Pe. Alves Correia uma clara distinção entre Igreja e Reino:

- A Igreja é constituída ao mesmo tempo, por iniciativa divina, dons divinos e estruturas visíveis (terrestres);
- O Reino é o plano de Deus-Pai para a salvação dos homens: é celeste e escatológico;
- A Igreja está marcada pelo pecado como um mundo a que pertence;
- O Reino de Deus é Santidade;
- No decurso da história, o Reino vem a tornar-se visível na Igreja, mas esta presença do Reino na Igreja, mesmo destinada a crescer, é sempre misteriosa, germinal e incoativa;
- A Igreja não se identifica com o Reino: é sinal e sacramento do Reino.

O anúncio apostólico, a actividade missionária da Igreja são instrumentos para a instauração do Reino. Diz o Pe. Alves Correia:

“Se o nosso Reino de Deus não cresce, se não passa, pelo Apostolado, além das nossas barreiras, é que morreu ou vai morrendo” .

Esta definição da Igreja pela noção de sacramento é de Santo Agostinho, mas foi evocada pelo nosso autor, e, posteriormente, foi utilizada inúmeras vezes nos documentos do Concílio Vaticano II .

Falar ou dar uma definição de Reino de Deus é falar do mistério ou definir o indefinível. O Pe. Alves Correia apresenta assim o seu pensamento:

“O Reino de Deus, que é a Família do Pai, onde o Rei não se nutre de glórias de Tirano, porque é simplesmente o Rei de Amor” .

CONCLUSÃO

O Pe. Alves Correia foi um homem simples, extremamente bondoso, um profeta, no seu tempo, no exercício do seu ministério sacerdotal e missionário e na sua actividade de escritor. As revistas, os jornais e as suas obras literárias foram um outro «púlpito» em que anunciou o Reino de Deus e denunciou os remos da baixeza humana.

A Bondade de Deus e a inviolável dignidade da pessoa humana são, para o Pe. Alves Correia, os grandes fundamentos da Largueza do Reino de Deus.

Deus, na Sua Bondade Infinita, não faz acepção de pessoas segundo critérios humanos ou dualismos redutores: intra

“O Pe. Alves Correia foi um profeta, no seu tempo”

eclesia-extra eclesia, santos e pecadores, bons e maus, crentes e ateus. Deus ama a todos.

A dignidade da pessoa humana reclama o respeito sagrado pela consciência, que é a regra imediata da moralidade, e pelas suas convicções, apesar das diferenças ou mesmo do erro.

A reflexão do Concílio Vaticano II sobre esta temática tem uma grande similitude e faz-nos recordar a exposição e as citações do nosso autor, concretamente o nº 1 da declaração *Dignitatis Humanae* ao referir:

“Os homens de hoje tornam-se cada vez mais conscientes da dignidade da pessoa humana e, cada vez em maior número, reivindicam a capacidade de agir segundo a própria convicção e com liberdade responsável, não forçados por coacção, mas levados pela consciência do dever”.

O Reino de Deus é um Reino de Amor ao qual pertencem todos aqueles que são reflexo da Bondade de Deus ou que, mesmo no erro, acreditam estar a fazer o mais nobre, o mais belo e o mais justo. As diferenças ráticas, sociais, económicas, políticas e religiosas não têm sentido como expressão da nossa pertença ou não ao Reino, porque na “tarde da vida seremos julgados pela Lei do Amor”.

O Reino de Deus é-nos apresentado como a verdade última do Evangelho e da Igreja que o deve anunciar numa perspectiva tão larga e tão vasta que revele os seus horizontes para além da limitação visível do institucional.

O Reino de Deus não se identifica com a Igreja, mas engloba-a e transcende-a.

Esta é também a mensagem do Vaticano II na *Gaudium et Spes* e na *Lumen Gentium*. Dentro desta linha de pensamento pode afirmar-se:

“Substitui-se, deste modo, talvez o mais sério erro eclesiológico anterior ao Concílio, a saber: que a Igreja é idêntica ao Reino de Deus aqui na Terra. Se assim fosse, então não haveria nenhuma necessidade de reforma institucional e a sua missão consistiria em introduzir todos dentro de si para que a salvação não os deixasse de fora”.

Quantas vezes há ainda a tentação de identificar ou confundir o Reino de Deus com a Igreja!

O Pe. Alves Correia ajuda-nos a dizer não a esta tentação.

A Paternidade e a Bondade de Deus e a Largueza do Seu Reino motivam a sua concepção ecuménica. Aos cristãos lembra, na fidelidade ao Evangelho “Todos sejam um” (Jo. 27, 22), que revelem a Igreja como instrumento e sinal de unidade:

“É, pois, pretensão fútil querer que os homens tomem

“Quantas vezes há ainda a tentação de identificar ou confundir o Reino de Deus com a Igreja!”

a sério o cristianismo e a Redenção, enquanto virem os cristãos inimigos uns dos outros, a recusarem uns aos outros respeito pela consciência, depois de lealmente tentarem chegar às mesmas convicções e aos mesmos pontos de vista acerca dos dados da Revelação, sobre a interpretação dogmática das Verdades Divinas, sobre a disciplina que melhor garantirá a prática dos grandes princípios da moral” .

Em suma, na obra literária do Pe. Alves Correia encontramos um modo novo de abordar alguns temas fulcrais da teologia: o Reino de Deus e a Igreja; a Igreja e o mundo; a Igreja e a sua relação com os cristãos separados; a Igreja e a sua relação com os não cristãos.

O Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, situa-o no tempo deste modo:

“Como pensador profundamente humanista e como homem de fé e esperança cristã, o Pe. Alves Correia foi, entre nós, um autêntico precursor do Concílio Vaticano II, um dos poucos, pouquíssimos pensadores cristãos que entreviram o sentido da história da Igreja e auguraram o reconhecimento individual e oficial desse sentido” .

“o Pe. Alves Correia foi um autêntico precursor do Concílio Vaticano II”

Situa-se assim o Pe. Alves Correia e apresenta-se a sua Largueza do Reino de Deus como a grande novidade, porque ele soube mergulhar na Tradição viva da Igreja e soube beber através da fonte, sempre nova do Evangelho, a água viva, fresca e cristalina do Espírito.

APÊNDICE I

Um testemunho vivo

O Pe. Firmino Cardoso, C. S. Sp., conheceu, conviveu e admirou o autor em estudo. Teve sobretudo o privilégio de ser seu aluno de História Eclesiástica e de o ouvir também em inúmeras conferências. Fui abordá-lo, no dia 23 de Janeiro de 1994, no Hospital de Sant’Ana, em Parede, de que é capelão. Marcado pelos anos, mas conservando finura de trato, acolheu-me com simpatia. Assim começámos o nosso diálogo ou entrevista.

1º Quais as fontes da doutrina exposta pelo Pe. Joaquim Alves Correia nos seus famosos livros - Largueza do Reino de Deus - Vida Mais Alta - De que Espírito somos?

- O Pe. Correia era um homem inteligente e tinha o condão de não ser apenas um repetidor do que aprendera ou lia. Por natureza, não rotineiro, intuitivo, via a verdade, o espírito para além da letra.

Tinha além disso um grande espírito de observação e

não se deixava prender facilmente pelo superficial, pelas aparências. Lia muito e via ao perto e ao longe.

A fonte da sua doutrina era sem dúvida o Evangelho; o seu livro de cabeceira, lido à luz do Espírito e das realidades concretas do mundo e da vida. Bem o demonstra o livro *A Largueza do reino de Deus*. Levantou grande celeuma entre os católicos porque punha em causa o seu cristianismo rotineiro e a inoperância da sua vida, contentando-se com a balofa vaidade da sua retórica de povo missionário e cristão, nada ou muito pouco fazendo pela dilatação da fé: criticavam os protestantes e o que deviam era fazer como eles que contribuíam generosamente para as suas Missões e enviavam missionários.

2º Quais as correntes de espiritualidade que mais directamente o modelaram?

- Não sei responder. Só sei que a espiritualidade dele se alimentava da grande revelação de Cristo: o Pai. Era como Pai amoroso que ele costumava referir-se a Deus. A comunhão trinitária constituiu o ponto de apoio e a alavanca da sua vida com Deus e com os homens, os «irmãos», os «filhos de Deus». O Evangelho era para ele algo de radical que não se compadecia com umas beatíficas práticas de piedade sem uma sincera correspondência nas práticas da vida de caridade.

3º O que é que mais distingue e caracteriza o seu comportamento de missionário espiritualano?

- Não sei se aprendi o alcance da pergunta: se se trata do seu comportamento de confrade espiritualano ou do seu comportamento como missionário.

No primeiro sentido, o Pe. Correia era o homem mais simples, bondoso e serviçal. O seu espírito humorístico e fraternal despertava à sua volta um ambiente de paz e bem-estar. Sorria e ria com facilidade e tinha uns olhos vivos que peneiravam e viam ao longe.

“O seu espírito humorístico e fraternal despertava à sua volta um ambiente de paz e bem-estar.”

Com os estranhos, e pelas suas funções de procurador tinha muitos contactos, era pessoa de fácil relacionamento e a todos conquistava pela sua simplicidade, alegria e humor.

«Como missionário» o que mais o distingue e caracteriza é o seu entusiasmo, dedicação e propaganda da obra das Missões ultramarinas.

Trabalhou nas missões da Nigéria durante onze anos. Pelo que tenho lido e ouvido, esforçou-se num trabalho de cris-

tianização aprofundado, procurando penetrar bem na alma do povo ibo, de que dão prova os vários estudos publicados na revista *Anthropos*: "O animismo ibo e as divindades da Nigéria" e "O sentido moral dos ibos da Nigéria".

Em Portugal foi um incansável e entusiasta propagandista das Missões através da revista *Missões de Angola e Congo* de que foi director e animador, e de muitas outras publicações como "Civilizando Angola e Congo - Os Missionários do Espírito Santo no padroado espiritual português", brochura da qual a Casa-Mãe, ao fazer-lhe referência no *Boletim Geral da Congregação*, disse: "Semelhante trabalho de divulgação deveria ser feito nas nossas diferentes Províncias".

A imprensa foi o seu púlpito. São muitos os seus escritos em jornais, revistas e publicações avulsas, como *A Vida da reverenda Madre Ana Javonhey*, dois volumes da *História das Missões Portuguesas*, na colecção das edições da *Agência Geral do Ultramar*, etc.

Da revista *Missões de Angola e Congo*, fundada em Janeiro de 1921, diz o Pe. Moisés Alves Pinho, Provincial, em relatório da Província para a Casa-Mãe que "fora muito bem acolhida em todos os meios e traz-nos muitos recursos e simpatia". O Pe. Correia ocupava-se dela com todo o entusiasmo e dedicação que se lhe conhece. Logo, pouco depois, afirmou: "A nossa revista *Missões de Angola e Congo* não cessa de pregar ao ardor adormecido dos católicos. Conta já 4000 leitores". Mais tarde dirá ainda o Provincial: "A nossa revista *Missões de Angola e Congo* continua a gritar sobre os telhados a necessidade urgente de ter Auxiliares nas nossas Missões para criar uma civilização sadia em que a religião não fique apenas em teoria. Nem Deus, nem a colonização portuguesa teria nada a ganhar na transformação dos selvagens numa população de bachareis".

O Pe. Correia tinha uma alma missionária. Como prova de muita dedicação e zelo na concretização do que apregoava nos seus escritos organizou uma subscrição anual a favor dos seminários missionários entre as empresas comerciais de Lisboa. Todos os anos, o Irmão Xavier, enquanto teve forças, ocupou-se, com muita dedicação e trabalho, a percorrer bancos, companhias, empresas e grandes casas comerciais para fazer a recolha de donativos que atingiam uma soma significativa para custear as despesas da Casa de Formação.

A simplicidade e simpatia do Pe. Correia convenciam facilmente as pessoas a colaborar.

O seu zelo apostólico levou-o a escrever várias brochuras para uma vida litúrgica mais eficiente como *Orações*, *Epístolas* e *Evangelhos dos Domingos e Festas*, *Missa dos Pequeninos*

"A simplicidade e simpatia do Pe. Correia convenciam facilmente as pessoas a colaborar."

(com cânticos para crianças), Missa dos Pequenininhos - II série (para catequistas), tendo em vista as crianças do Orfanato de Santa Isabel de quem foi benévolo e dedicado capelão.

Para cultura espiritual lembro: De que Espírito Somos e Vida Mais Alta.

4ª As suas relações sociais teriam algum matiz marcadamente republicano com uma primariedade anti-monárquica? Na sua ideia democrática de governo colidia com o modo de governo que se teve sob o regime de Salazar?

- É verdade que muitos dos que procuravam a convivência e a amizade do Pe, Correia eram republicanos e anti-monárquicos. O Pe. Correia creio que não era nem republicano nem monárquico. Não se pode considerar um político na acepção comum do termo. Ele era um espírito aberto, liberal, amigo da liberdade e do respeito pelos direitos dos outros. Conviveu, no tempo de formação, em França e depois na Nigéria, como missionário, com pessoas democráticas e regimes não ditatoriais. A França era uma República, a Inglaterra Monarquia. Lembro que a Nigéria era uma colónia inglesa. Com o que ele não concordava, de certeza, era que uma República ou uma Monarquia fosse regime de partido único ou ditatorial.

“O Pe. Correia era um espírito aberto, liberal, amigo da liberdade e do respeito pelos direitos dos outros.”

Sem dúvida, que ele não concordava com o regime vigente em Portugal. Não só porque ia contra os seus próprios sentimentos democráticos, mas certamente porque os «amigos» republicanos e antisituacionistas lhe deviam explorar estes sentimentos com os agravos e atropelos à liberdade de que eles ou outros eram vítimas da parte do Governo.

5º Por incumbência do cargo de «Procurador das Missões», pelo seu verdadeiro zelo missionário cultivava amizades políticas ou de políticos? No grupo de amigos criado à sua volta figurava como um líder partidário antigovernamental ou antisalazarista?

- Na minha maneira de ver, os políticos que eram seus amigos, não o eram por causa da ajuda às Missões, embora um ou outro o fosse, como era o caso do Dr. Nuno Simões. Eles aproximaram-se do Pe. Correia por ser homem liberal e concordar com a democracia.

Esses «amigos» políticos que se juntavam à volta não eram arregimentados por ele. Líder político o Pe. Correia nunca o foi. Era um homem inteligente, caritativo, amigo dos pobres, inimigo de toda a injustiça, viesse de onde viesse, mas em política era um «simplório», um utópico, no mais nobre

sentido da palavra. A liberdade era a utopia a alcançar.

No seu espírito de simplicidade, por ser liberal e sincero, tiveram influência aqueles que dele se queriam aproveitar como bandeira dos seus ideais. Elucidativa é a assinatura do manifesto a favor da eleição do general Norton de Matos para a Presidência da República. Por coerência com os amigos assinou, mas os «amigos» quiseram que ele assinasse porque era Padre e ter um Padre do lado deles era uma vitória.

No próprio artigo "O mal e a caramunha" foi influenciado pela viúva de Carlos Maia, que o convenceu da responsabilidade dos monárquicos na morte do seu marido. Se no artigo reage contra os monárquicos é porque estes afrontavam os republicanos acusando-os dos assassinatos nefandos da camioneta fantasma de 19 de Outubro de 1921, e grafitavam as paredes do País, com mãos vermelhas de sangue, a culpar os republicanos. E porque no estrangeiro se apelidava Portugal republicano como o País das revoluções e isso se devia precisamente aos monárquicos que, depois da Revolução de 5 de Outubro, especialmente com as «Conceiradas», procuravam combater a República.

O Pe. Correia era um acérrimo defensor da verdade contra as injustiças e sai à estacada. Quanto às reacções revolucionárias dos monárquicos não há dúvidas de que foram muitas. Quanto ao caso de 19 de Outubro ainda hoje não se sabe quem foram os autores.

O que não era verdade confirmada, e que o Pe. Correia afirmou no artigo, era que tivesse sido o Estado Novo que arquivasse o processo do crime.

Foi precisamente isto que afrontou gravemente o governo, não só porque Salazar era pro-monárquico, mas também pelo facto do artigo ser publicado num jornal da oposição.

6º Está de acordo em que o valor proeminente do Pe. Correia está em ter sido um factor de desestabilização do regime (ou partido de União Nacional) político no poder?

- De modo nenhum. O valor do Pe. Correia está em ter sido um homem evangélico que pugnou por uma Igreja que, na fidelidade a Jesus Cristo, vivesse os valores do Evangelho. Se acidentalmente se tornou factor de desestabilização foi porque, no caso da publicação do artigo atrás referido, que era destinado ao Jornal do Comércio e que o director deste jornal mandou devolver ao Pe. Correia, o portador, Raul Rego, sem a autorização do autor, o levou à República que o publicou como editorial.

A assinatura do manifesto para a eleição de Norton de Matos deve-se à coerência com o seu pensamento e à relação,

“O Pe. Correia era um acérrimo defensor da verdade contra as injustiças e sai à estacada.”

da sua parte, verdadeira e amiga com os seus «amigos».

7º Será preciso salientar o regime político de Salazar com provisória relatividade ou absolutizar o Concílio Vaticano II na história da Igreja para salientar o valor da mensagem e o testemunho de vida do Pe. Alves Correia? Ondé radica a sua mensagem?

- Não é preciso salientar o regime político, nem absolutizar o Concílio Vaticano II, para salientar o valor da mensagem e o testemunho do Pe. Correia.

A sua mensagem nasce da perene mensagem do Evangelho na «Tradição Viva da Igreja», onde o Espírito actua em palpitação permanente.

8º Se "mártir é o que testemunha fielmente o Evangelho na docilidade ao Espírito Santo", então o Pe. Alves Correia também terá o título de mártir. Será preciso insistir em Salazar e PIDE para lhe atribuir a glória de mártir a favor de quê e de quem?

- Ele era um homem com simplicidade de criança, na alegria, na humildade, na pobreza e, sobretudo, as crianças e os pobres lhe mereceram a atenção bondosa do seu coração. A fortaleza de mártir enfrentou-a na afoiteza da proclamação da radicalidade do Evangelho o que lhe mereceu a crítica daqueles que queriam dormir na tranquilidade da rotina da sua religião sem compromisso.

É certo que sofreu com a situação política vigente. Todavia, no caso do artigo do jornal República, o governo apenas o molestou com um inquérito da parte do ministro da Justiça sobre a afirmação de que fora o Governo do Estado Novo que arquivara o processo de 19 de Outubro, e com um comunicado do Ministério a dizer que o Pe. Alves Correia não provou a verdade do que afirmara e que demonstrou uma leviandade intelectual na sua afirmação.

De facto o processo fora arquivado antes de 28 de Maio de 1926.

Houve depois um incidente com a PIDE por causa de uns artigos que o Pe. Correia escreveu na América e que foram publicados no Diário de Notícias de New Bedford. A Congregação foi advertida para que o fizesse calar a fim de evitar outras complicações.

Nessa ocasião o Pe. Correia, escreveu à Casa-Mãe a dizer que não queria de modo algum causar prejuízo à Congregação e que estava disposto se fosse preciso a sair da própria Congregação.

Tudo finalmente serenou.

9º Que significou o Pe. Correia na Missionação da África sob o regime português?

- Quanto ao seu significado na Missionação, além do que já ficou dito atrás sobre o seu trabalho de propaganda missionária em Portugal por meio da Revista Missões de Angola e Congo e outras revistas e jornais e a angariação de meios para a sustentação dos Seminários, na sua qualidade de Procurador das Missões e representante da Congregação junto do Governo teve ocasião de intervir em todas as iniciativas legislativas a favor das Missões Ultramarinas, ao lado de Mons. Alves da Cunha de quem era um grande amigo, e do Prelado de Moçambique, D. Rafael d'Assunção.

Ele era o relações públicas da Província espiritana.

10º Que referência faz a sua acção na Restauração da Província?

Já disse quase tudo. Veio das Missões da Nigéria onde trabalhou 11 anos, desde 1911, para Portugal, creio que em 1921.

Foi colocado na Comunidade da Sagrada Família de Braga e ocupou-se da Revista Missões de Angola e Congo. Nessa ocasião o «escolaticado» funcionava no Colégio de S. Tomás de Aquino. Penso que o Pe. Correia seria, na altura, também professor.

Fez, desde o princípio, parte do Conselho Provincial.

Ficou em Braga pouco tempo, indo para Lisboa como director da Residência, representante da Congregação junto do Governo e, pouco a pouco, foi-se convertendo em Procurador das Missões, ajudando as Missões em tudo o que lhe era solicitado. Ali permaneceu nessas funções até partir para a América, exceptuando dois anos (ou três?) em que foi superior e professor em Viana do Castelo.

Homem zeloso, ia com a sua simpatia e espírito missionário despertando o interesse pela obra missionária da Congregação.

Homem ecuménico, começou por se abrir às outras comunidades religiosas, o que não era comum nessa época. Havia sempre o espírito de capela. Foi preparando o que depois o Pe. Moisés Alves de Pinho, realizou: reunir uma ou duas vezes por ano as Províncias das várias Congregações, na nossa casa de Lisboa. Foi como que o embrião da futura Conferência dos Superiores dos Institutos Religiosos!

Homem ecuménico, também no sentido actual, não tendo pejo de manter boas relações com outras confissões religiosas, mormente, protestantes.

“Homem ecuménico, começou por se abrir às outras comunidades religiosas.”

Homem de cultura, era o rosto intelectual da Província, nos congressos e assembleias, tanto religiosas como sociais, científicas ou humanistas. Embora não fosse homem de grandes dotes oratórios, muitas foram as conferências que proferiu nas mais variadas ocasiões. Ele era mais espírito do que corpo!

Por ser um homem de grande projecção social, o incidente com reflexos políticos de que foi protagonista explica o alarme que provocou na Província e a decisão por ele tomada de se retirar desta para acalmar os ânimos.

11º O Sr. Pe. Firmino foi seu aluno de História Eclesiástica. Como leccionava ele essa disciplina?

- Nas aulas de História Eclesiástica pude, particularmente, descobrir a vastidão e profundidade do seu saber, bem como o seu espírito evangélico na filosofia crítica das pessoas e dos factos.

Nesse tempo pouco se falava da igreja pecadora. A Igreja era a «pura e sem rugas».

O Pe. Correia não era escaravelho à procura dos podres, mas nas atitudes dos homens e instituições da Igreja, nada condiscentes com o proceder de Cristo, ele sabia mostrar que a Igreja, apesar de santa, é servida por homens pecadores. Quando dizia: «A mamona», «o poder», «a glória vã», «a maldade e hipocrisia dos fariseus», «as misérias humanas», era comentário que bastava para chamar a atenção para as fraquezas dos homens da Igreja e não só.

“o Espírito, mau grau os instrumentos fracos de que se serve, actua na Igreja.”

Mas era, sobretudo, aos gestos evangélicos que ele dava um justo relevo. Gostava de dizer que o Espírito, mau grau os instrumentos fracos de que se serve, actua na Igreja.

Não ensinava a História Eclesiástica como conhecimento de factos, pessoas e datas, mas como aprendizagem crítica dos homens e dos acontecimentos à luz do Evangelho e das circunstâncias em que aconteceram.

APÊNDICE II

Bibliografia

FONTES

ALVES CORREIA, Joaquim - Largueza do Reino de Deus, 2ª Edição, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1934.

- De Que Espírito Somos, 1ª Edição, Casa Editora, "Au Sacre Coeur", Lisboa, 1933.

- Vida Mais Alta, 2ª Edição, Editorial L.I.A.M., Lisboa, 1957.

- Consciência Cristã, Cadernos Grandes Páginas Cristãs, cader-

nos 19- 20 , Edições Metanoia, Vila Real, 1949.

- O Ideal Cristão, Cadernos Grandes Páginas Cristãs, cadernos 8-9, Edições Metanoia, Lisboa, 1948 (?).

- Cristianismo e Mensagem Evangélica, Edições Cosmos, Lisboa, 1941.

- "O terrível irmão que me desafiou a alma", in Boletim das Edições Metanoia - Boletim especial dedicado ao Pe. Manuel Alves Correia, falecido a 23 de Novembro de 1948.

- "O Padre Joaquim Alves Correia", in Boletim da Província Portuguesa da Congregação do Espírito Santo, II série - n 134, Janeiro-Dezembro, 1977, pgs. 55-64.

- Pe. Joaquim Alves Correia - 1º Centenário do Nascimento, in Boletim da Província Portuguesa da Cong do Espírito Santo, II série - nº 143, Janeiro-Dezembro, 1986 , pgs. 83-87.

SANCHES, Jorge - "Joaquim Alves Correia", in Verbo - Enciclopédia Luso- Brasileira de Cultura, Vol. VI, Ed. Verbo, 1967 , col. 10.

SOUSA, António Gomes de - Padre Joaquim Alves Correia (Um lutador da Liberdade), Porto 1978.

OBRAS GERAIS

ALVES CORREIA, Manuel- O Génio da Bondade - São Francisco de Assis, Editorial Franciscana, Braga, 1979.

LARRAÑAGA - O Irmão de Assis, Edições Paulistas, Sacavém, 1980.

Colectânea em Louvor de São Francisco - A Literatura Portuguesa (1926- 1927), Edições Boletim Mensal , Braga, 1927.

FUELLENBACH, J. - Reino de Dios, in Diccionario de Teologia Fundamental, Ediciones Paulinas, Madrid 1990, pgs. 1115-1126.

